

Cidades

PATRIMÔNIO Arqueólogos, arquitetos e historiadores pernambucanos mobilizam-se para tornar nacionalmente a construção holandesa do século 17

Forte do Buraco é redescoberto

CLEIDE ALVES

O Forte do Buraco, uma construção holandesa do século 17 escondida por mato, arbusto e árvores frutíferas, no istmo entre Recife e Olinda, está mobilizando a atenção de arquitetos, historiadores e arqueólogos pernambucanos. Eles estão empenhados no tombamento nacional da fortaleza, que foi parcialmente demolida pela Marinha, em meados do século 20, para a construção da Base Naval do Recife. Hoje, o forte encontra-se em ruínas e o acesso é repleto de lixo.

Localizada por trás da Escola de Aprendizes de Marinheiros, a norte da última barra do Porto do Recife, a construção fica numa área conhecida como Praia do Istmo ou Ponta Del Chifre. É um local ermo e não oferece segurança aos visitantes. Quando o istmo que ligava as duas cidades foi repartido, o forte passou para o território de Olinda, mas há controvérsias sobre isso. A fortaleza é banhada pelo mar (entrada) e pelo Rio Beberibe (costas).

Nas proximidades do monumento, a Marinha chegou a construir um dique seco que seria utilizado para o conserto de navios. A edificação não foi levada adiante e hoje serve de apoio para os pescadores da região. "Vou defender o tombamento do forte na próxima reunião do Conselho Deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em junho, no Rio de Janeiro", afirma o secretário de Cultura do Recife e membro do conselho, Raul Henry.

Ele disse que o pedido de tombamento, na verdade, vem sendo discutido pelo Iphan nacional há algum tempo e por pouco não foi negado. "O processo seria arquivado no ano passado, mas o conselheiro Roberto Cavaleanti (economista e intelectual pernambucano) pediu vistas", informa Raul Henry. O novo relator do processo é o arquiteto Paulo Chaves, secretário de Cultura do Pará. "Caberá a Paulo Chaves se pronunciar sobre o tombamento".

DEFESA - Raul Henry já enviou ao relator um documento em defesa do tombamento, assinado pelas prefeituras do Recife e Olinda, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Instituto de Arquitetos do Brasil/PE, Secretaria Estadual de Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/PE e Mestrado em Desenvolvimento Urbano do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Segundo Raul Henry, o Iphan nacional tem posicionamento contrário ao regional e está lançando mão de três argumentos para negar o pedido: a desmoralização da instituição, pois a fortaleza já era tombada e teve de ser destombada para ser dinamitada pela Marinha; a estrutura existente não seria significativa do ponto de vista arquitetônico; e não se trata de uma ruína histórica, mas apenas de escombros, pois o forte foi destruído por uma ação intencional do Estado brasileiro.

"Para ser considerado ruína pelo Iphan, as mutilações da fortificação deveriam ter sido provocadas pelo tempo ou por algum episódio histórico", diz Raul Henry, que acredita estar o imóvel em Olinda. Ele visitou o Forte do Buraco acompanhado de um grupo de arquitetos da UFPE e da Empresa de Urbanização do Recife (URB) para verificar as condições da área para o tombamento.

De acordo com o secretário de Patrimônio de Olinda, Antenor Vieira de Melo, a fortaleza foi tombada pela Prefeitura de Olinda, há alguns anos, quando o município ainda pensava que o forte ficava em seu território. "Quando o limite entre as duas cidades foi redesenhado, a Fortaleza do Buraco voltou para o Recife". Antenor Vieira de Melo informa que, por esse motivo, a prefeitura não tem projetos para a área.



FORTIFICAÇÃO As ruínas da fortaleza ficam por trás da Escola de Aprendizes de Marinheiros, numa área conhecida como Praia do Istmo ou Ponta Del Chifre

PATRIMÔNIO Edificação é chamada ainda de Forte Madame Bruyne, Fortaleza de Santo Antônio do Buraco e Fortaleza de Santo Antônio dos Coqueiros

Fortificação é conhecida por vários nomes

Identificado pela cartografia holandesa como Domina Brunonis (provável homenagem à esposa do presidente do conselho holandês Bruyne), o Forte do Buraco é também conhecido como Forte Madame Bruyne, Fortaleza de Santo Antônio do Buraco e Fortaleza de Santo Antônio dos Coqueiros.

Na publicação *Fortes de Pernambuco: Imagens do Passado e do Presente*, dos arqueólogos Marcos Albuquerque, Veleza Lucena e Doris Walmsley, consta que a fortificação foi construída em 1630 pelos holandeses no local onde teria existido o Forte de São Jorge Velho, cuja construção havia sido iniciada em 1629 pelos portugueses.

De acordo com os arqueólogos, em 1630 o Forte do Buraco contava com um capitão, um sargento, um chefe dos artilheiros, dez soldados fuzileiros, dois soldados artilheiros, além de 12 peças de diferentes calibres. Depois, foi reforçado com três peças de bronze e 19 de ferro.

O Forte do Buraco, ainda de acordo com a publicação, "defendia a entrada principal do Porto do Recife, onde a linha de arrecifes é bruscamente interrompida". A fortificação foi construída em pedra e cal. Na avaliação dos arqueólogos, o local oferece boas condições para escavações.

Eles recomendam a realização de prospecções arqueológicas antes da execução de qualquer obra no terreno, pelo interesse histórico/científico da construção. Para o grupo de pesquisadores, o abandono das ruínas e a falta de uma proteção legal (tombamento) podem levar à destruição do que ainda resta da fortaleza.

Além do tombamento, os arqueólogos sugerem "a consolidação das estruturas remanescentes, o controle da vegetação invasora e a inclusão em roteiros para visita-ção".

■ RADIOGRAFIA DA DESCONHECIDA FORTALEZA DO BURACO

Recife e Olinda não se entendem com relação à localização da fortaleza. O secretário de Cultura do Recife, Raul Henry, diz que o monumento pertence à Cidade Patrimônio da Humanidade. Já a prefeitura olindense afirma que o forte se encontra nos limites da capital pernambucana

FOTO: MARCELO SOARES/JC



■ COMO CHEGAR

Pelo mar:
pegar uma embarcação embaixo da Ponte do Limoeiro e seguir em direção à Olinda, na maré alta ou na maré baixa

Por terra:
a partir da Praia dos Milagres, na maré baixa, pode-se chegar ao forte de carro – bugre ou outro que tenha tração nas quatro rodas



- 1630** construção do forte
- 1654** os portugueses ocupam a fortificação
- 1705** o forte é reconstruído e ampliado
- 1863** a artilharia é aumentada com mais 23 peças

- 1880** a fortificação é considerada de segunda classe
- 1883** é feito um reparo na edificação
- 1958** o forte é parcialmente demolido pela Marinha do Brasil e há referências de que parte das pedras foram usadas no prolongamento do Porto do Recife

PATRIMÔNIO *Porta de acesso é remanescente*

Restos do forte vão permitir sua reconstrução

A estrutura arquitetônica remanescente do Forte do Buraco, na avaliação de arquitetos e arqueólogos, é um elemento essencial para a identificação do desenho original do monumento. Da construção dinamitada pelos militares da Marinha ainda restam a porta de acesso, um dos meio-baluartes do lado oeste da cortina e o ângulo saliente do lado norte, segundo levantamento feito pelo IAB/PE.

No parecer favorável ao tombamento federal da edificação, os arquitetos Marco Antônio Borsoi e José Luiz Mota Menezes, presidente e membro do conselho fiscal do IAB/PE, respectivamente, destacam que a medida é um ato de respeito à história do Brasil. "O lugar, de grande importância quando o relacionamos com uma ocupação de mais de três séculos, guarda a memória que vem desde o período da ocupação holandesa no Nordeste", observam.

Na avaliação dos arquitetos, as ruínas da fortaleza são importantes testemunhos do sistema defensivo elaborado pelos engenheiros holandeses e de um dos períodos de grande interesse para Pernambuco. Eles acham estranho, ainda, os argumentos utilizados para negar o pedido. "Não é fator primordial, em casos de seleção para tombamento, a necessidade de que o objeto a ser relacionado apresente-se íntegro", escreveram.

O IAB argumenta, ainda, que uma escavação arqueológica na praça de armas do antigo forte, que ainda não foi explorada, poderá revelar informações importantes sobre as ocupações do monumento. Além disso, todas as fundações da Fortaleza do Buraco continuam no solo. "O que existe de ganho em não tomar um ruína, na qual toda a leitura de sua forma anterior é de certo modo fácil?", questionam.

Para os dois arquitetos, o argumento de que o tombamento poderia ser feito pelo Estado ou município não é justo. "A presença holandesa, a vitória luso-brasileira e tudo quanto se inserir no tema não é de responsabilidade apenas do governo estadual ou municipal e sim do Poder da República".

CRITÉRIOS – O superintendente do Iphan em Pernambuco, Roberto de Hollanda, explica que o tombamento de um bem deve ser feito de forma cautelosa e criteriosa, daí as reservas da instituição nacional. No caso específico do Forte do Buraco, porém, ele afirma que a proteção federal é oportuna e tem todo apoio da superintendência regional. "Temos um levantamento completo da área, feito pela arquiteta Cremilda Albuquerque".

Roberto de Hollanda recorda que o jornalista Mário Melo foi uma das pessoas que mais lutaram na imprensa contra demolição do forte pela Marinha. Para o secretário do Patrimônio de Olinda, arquiteto Antenor Vieira de Melo, o tombamento da Fortaleza do Buraco representaria mais do que o reconhecimento pelo valor histórico do monumento, que segundo ele é indiscutível.

"O tombamento teria um sentido pedagógico. Seria o Governo Federal reconhecendo que cometeu um erro histórico contra o patrimônio, ao dinamitar a fortaleza, mas se comprometendo a nunca mais cometer equívoco semelhante, com a preservação do bem" declara o secretário.

Antenor Vieira de Melo também discorda dos argumentos usados pelo Iphan nacional. "O convento carmelita de Olinda é tombado e não está completo. Faltam as celas dos padres e o claustro". O acesso ao Forte do Buraco é feito por um corredor com teto em abóbada, construído com base no princípio do arco romano. Um das pedras centrais do arco está destruída.



RUÍNAS Uma das salas do forte (D) sobreviveram à implosão feita pela Marinha há 50 anos. No local foi construído um dique seco (E)



Opinião

Repórter JC

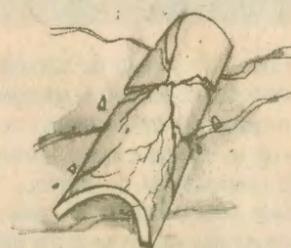
E-mail: scarpa@jc.com.br

Políticas públicas

A emenda constitucional que instituiu o Fundef divide opiniões. Há quem diga que não passa de um monstro jurídico e de fácil contestação no Supremo Tribunal Federal (STF), onde existem até recursos em tramitação. A primeira liminar por sinal foi concedida à Prefeitura do Recife, que está temporariamente excluída de cumprir a emenda. Mas há muita gente que vê a vinculação dos recursos como a única forma de se evitar uma seqüência de vícios administrativos tão comuns na gestão pública. Mas como nem todos os prefeitos eleitos estão aptos para administrar uma cidade, o melhor caminho mesmo seria carimbar a aplicação dos recursos como fórmula para se evitar a malversação do dinheiro do contribuinte. Por isso, educação e saúde devem ser políticas prioritárias para absorção de qualquer recurso público. Mas o que falta, mesmo, é a prática de uma sistemática de monitoramento preventivo desses recursos. E isso poderia já estar sendo feito pelos Tribunais de Contas dos Estados. Claro, sem afetar a autonomia constitucional de nenhuma das partes.

Processo lento

O Engenho Monjope, em Igarassu, está perdendo sua casa grande, capela e senzala. Algumas paredes internas da casa já caíram, o telhado da capela está ruindo e estão se deteriorando a roda d'água e partes do mecanismo da moenda. Enquanto isso, ninguém pode mexer nas construções porque a Fundarpe ainda está em pleno processo de tombamento do engenho.

**Estouro no Legislativo**

Jarbas Vasconcelos reafirma que não dará nenhum tostão a mais para a Assembléia Legislativa além do valor do duodécimo. E para mostrar que a decisão é para valer revela que no final de 1999 a mesa diretora do Legislativo foi até ele pedir verba suplementar no valor de R\$ 750 mil para cobrir estouro no orçamento. "Expliquei que não podia dar e não dei", disse.

Por tabela

Salomão Almeida Barbosa - assessor do presidente do STF Carlos Velloso - fez ontem duras críticas ao presidente FHC no Congresso das Américas de Ciências Criminais. Disse que a quantidade de Medidas Provisórias editadas por FHC "está tumultuando o mundo jurídico" e que tem MP reeditada 70 vezes. E FHC criticava José Sarney por governar através de MPs.

Cultura inicia restauração de cine-teatro

O secretário Carlos Garcia assegura R\$ 450 mil da venda da Celpe para restaurar o Cine-teatro Guarany, em Triunfo. A diretora de patrimônio da Fundarpe, Paula Peixoto, atualiza projeto de 93 e quer licitar a obra em dois meses.

Jarbas quer mais parcerias com prefeito

Na celebração da chapa Roberto Magalhães/Sérgio Guerra, o governador declara-se disposto a novas parcerias com a prefeitura. Defende pela primeira vez o projeto da Linha Verde e a implantação do saneamento da cidade.

Deu no New York Times

O mais influente jornal norte-americano publicou, ontem, reportagem sobre a restauração da primeira Sinagoga construída nas Américas, na Rua do Bom Jesus, no Bairro do Recife. A sinagoga Kahal Zur Israel (Rocha de Israel) floresceu em meados de 1600, na invasão holandesa. O jornal lembra que ao serem expulsos, os judeus do Recife seguiram para Manhattan, onde fundaram a comunidade judia de Nova York e que as escavações começaram em setembro de 1999, sob a direção de Marcos Albuquerque, arqueólogo da Universidade Federal de Pernambuco.